

PARECER ASPECTOS PSICOLÓGICOS DE UM CASO DE MAUS-TRATOS

CLÁUDIA AMARAL MELLO SUANNES

HISTÓRICO

KG e LP casaram-se em agosto de 1989, tendo desta união a filha M, atualmente com 6 anos de idade. Após a separação conjugal, ocorrida em 1993, a criança permaneceu sob a guarda da mãe, passando também a residir com a avó materna. Segundo consta dos autos, ficou estipulado que o pai visitaria a filha aos fins de semana e ela pernoitaria com ele um dia durante a semana.

Em março de 1995 a requerente entrou com a presente ação alegando que a criança estaria recusando-se a ver o pai em virtude de situação de maus tratos por ela sofrida. Naquela ocasião foi concedida liminar suspendendo o direito de visitas de pai à filha, tendo sido, em seguida, determinada avaliação psicológica do caso.

METODOLOGIA

A perícia psicológica tem como objetivo o estudo de uma determinada situação que envolve os fenômenos humanos, tendo como pano de fundo o uso de conceitos e teorias próprias do campo da ciência ao qual esses elementos se referem.

No campo da psicologia, como é próprio das ciências humanas, há diferentes linhas teóricas, com diferentes definições de objeto de estudo e método de pesquisa. Assim, o conhecimento

próprio de cada linha teórica é articulado em função de certos parâmetros fundamentais, tendo como pressuposto uma representação prévia do que seja o fenômeno humano.

A presente perícia parte de um modelo psicanalítico, que tem como base a noção de inconsciente. Esta linha teórica tira da consciência o eixo fundamental do funcionamento psíquico do sujeito, deslocando-o para o inconsciente, postulando-o como fonte de energia pulsional e continente de conteúdos recalcados. Considera ainda o conflito psíquico, ou mental, constitutivo do ser humano uma vez que o psiquismo está estruturado sob forma de instâncias, as quais impõem ao sujeito exigências contrárias. Ao mesmo tempo em que existem no interior do aparelho psíquico desejos que reclamam por pronta satisfação, há também um sistema que contém as representações das normas e interdições que são próprias da cultura, impedindo sua plena realização. Desta forma, cada sujeito estrutura seu aparelho mental de modo a organizar internamente a ação destas forças intrapsíquicas.

Partindo deste pressuposto, a metodologia psicanalítica objetiva criar condições a partir das quais os aspectos inconscientes de cada indivíduo possam ser reconhecidos e considerados, utilizando-se, para isto, de certos procedimentos técnicos.

A técnica utilizada com os adultos é a de entrevistas semidirigidas, nas quais o entrevistador não segue um padrão preestabelecido de perguntas, como numa anamnese ou entrevista fechada. Caracteriza-se por uma situação que dá ao entrevistado possibilidade de desviar-se do assunto, associá-lo com outros temas aparentemente desconexos, reiterar impressões, omitir fatos, tecer comentários; permitindo-lhe, enfim, expressões espontâneas que escapariam a um questionário mais sistemático.

A entrevista semidirigida, articulada com uma concepção teórica psicanalítica, tem como pressuposto a noção de discurso manifesto e latente. O primeiro seria o aspecto mais formal, ou mais consciente da fala do sujeito, porém mais lacunar e menos revelador da realidade intra-psíquica, em virtude do trabalho de deformação efetuado pela censura. O conteúdo latente seria o conjunto daquilo que a análise vai sucessivamente revelando (Laplanche e Pontalis, *Vocabulário de Psicanálise*, Martins Fontes Editora), constituindo-se de uma expressão mais fidedigna da verdade subjetiva do entrevistado.

Assim, a atenção aos pequenos lapsos, reiteraões, omissões, associação entre assuntos aparentemente dispares, recordações, entonação de voz, gesticulação, expressão facial etc. dá ao entrevistador oportunidade de acesso ao discurso latente do sujeito, à sua dinâmica intra-psíquica, portanto. Nas palavras de Bleger ("A Entrevista Psicológica", in *Temas de Psicologia*, Martins Fontes Editora, 1980), ao se conduzir a entrevista sem adotar uma postura diretiva, cria-se um "flexibilidade suficiente para permitir que o entrevistado configure o campo da entrevista segundo sua estrutura psicológica particular, ou — dito de outro modo — que o campo da entrevista se configure, o máximo possível, pelas variáveis da personalidade do entrevistado".

A otimização deste método ocorre quando se depreendem do discurso manifesto do sujeito seus conflitos básicos e os mecanismos através dos quais ele se defende e/ou elabora esses conflitos de forma a restabelecer seu equilíbrio mental.

Aliada a esta concepção surge também o conceito de transferência, fundamental para a compreensão da entrevista como instrumento de investigação de personalidade. Designa em psicanálise o processo pelo qual os "desejos inconscientes se atualizam (...) no quadro da relação analítica, [tratando-se de] uma repetição de protótipos infantis vivida com uma sensação de atualidade acentuada. (...) [podendo ser entendida como] o lugar em que os conflitos intrassubjetivos, também eles restos das relações inter-subjetivas da infância, reais ou fantasmáticas, vão de novo manifestar-se numa relação aberta à comunicação" (Laplanche e Pontalis, *Vocabulário de Psicanálise*). Por esta razão a transferência é importante via de acesso ao material que se busca analisar.

A atenção aos aspectos transferenciais permite ao psicanalista uma oportunidade de observação *in loco* do modo como o sujeito se relaciona com o outro. Assim, as formas como o periciando estabelece contato, fornece elementos para a confecção da perícia e interage com o entrevistador, são também elementos que permitem acesso ao campo intra-psíquico do sujeito.

Além das entrevistas foi utilizado teste gráfico projetivo (Wartegg) com a requerente e com o requerido. Este teste consiste basicamente na solicitação para que o sujeito complete graficamente estímulos predeterminados em oito campos e em seguida dê títulos aos desenhos confeccionados.

Os testes projetivos, de modo geral, sejam eles verbais ou gráficos, como é o caso do teste ora empregado, consistem numa apresentação de estímulos

ambíguos e desestruturados e, em seguida, é pedido ao sujeito que dê alguma ordem ou sentido àquilo que vê. Supõe-se através desta solicitação que, ao decodificar o estímulo, o sujeito utilize padrões habituais de percepção e organize internamente estas percepções segundo um referencial próprio. Na medida em que o estímulo apresentado não é unívoco cria-se a possibilidade do sujeito apreender a realidade privilegiando certos aspectos que lhe são mais significativos, permitindo-se desta maneira acesso aos temas que interessam ao sujeito, os sentimentos e angústias ligadas a eles e a forma como lida com os conflitos. Através do uso dos testes pode-se aprofundar os dados obtidos na observação clínica e entrevista.

Deste modo, o conjunto dos dados obtidos permite uma compreensão mais ampla da dinâmica intra-psíquica do sujeito e da natureza dos seus relacionamentos inter-subjetivos, ou seja, a forma como se relaciona consigo mesmo e com o outro.

Os instrumentos empregados para avaliação da criança seguem basicamente os mesmos pressupostos que os acima descritos, sendo, entretanto, uma adaptação à realidade da criança. Assim como a linguagem verbal é no adulto sua forma de expressão própria, o brincar é o seu correspondente na criança. Através de jogos e brincadeiras a criança representa simbolicamente suas angústias, fantasias e experiências vividas. Deste modo os jogos e desenhos facilitam expressão mais espontânea de sua realidade intra-psíquica.

Com a criança foram realizadas três sessões, nas quais se utilizou o Desenho-Estória (Walter Trinca) e o CAT (Children's Apperception Test).

O Desenho-Estória consiste numa solicitação para que a criança realize um desenho e em seguida conte uma história sobre ele. Ainda que não seja um teste,

este procedimento também se baseia na noção de que o estímulo ambíguo propicia uma resposta baseada em motivações subjetivas, em livres associações, portanto. Segundo Walter Trinca "(...) a descoberta fundamental de S. Freud a respeito das representações metas inconscientes tem permitido as mais variadas aplicações que não aquelas restritas ao tratamento psicanalítico. É-nos permitido supor que uma técnica de Desenho-Estória, baseada em associações livres, gráficas e verbais, cuja realização não é prioritariamente controlada pelo aplicador, oferece a oportunidade do sujeito comunicar aspectos relevantes de si para a compreensão diagnóstica. Isto porque, ao realizá-lo, seguirá seus próprios impulsos, defesas, angústias, conflitos e modos de solução específicos, ditados por suas inclinações interiores" (*in Investigação Clínica Da Personalidade — O Desenho Livre como Estímulo de Apercepção Temática*, Editora Pedagógica Universitária, p. 24).

O CAT, que é um teste de apercepção temática, consiste na apresentação de cartões com desenhos à criança, sendo-lhe pedido que conte uma história sobre aquilo que vê na figura. Nesses cartões há insinuações de temas próprios à infância.

Define-se o conceito de apercepção como "integração de um percepto com a experiência passada e o estado psicológico atual do indivíduo" (*Op. cit.*, p. XVIII). Assim, ao se pedir para que a criança conte histórias, cria-se uma aparente distância em relação à situação atual, permitindo-lhe então uma expressão mais espontânea da sua realidade intra-psíquica. Ao relatar, por exemplo, histórias que envolvam o relacionamento de pequenos animais com os pais, a criança — identificada que está com o filhote — deixa entrever a representação interna que faz das figuras de pai e mãe, representando, ainda, seus conflitos e formas utilizadas para defender-se deles.

Tendo em vista que o genitor casou-se novamente e a genitora passou a residir com sua mãe após a separação conjugal, optei também por entrevistar a avó materna e a esposa do pai, em virtude de serem, ambas, presenças constantes e significativas na vida da criança.

Todas as entrevistas foram realizadas nas dependências deste Foro, entre os meses de dezembro de 1995 e fevereiro de 1996.

Antes do início da avaliação e após seu término foram realizadas reuniões com os assistentes técnicos sendo que, ao final, ambos manifestaram-se de acordo com o conteúdo do laudo, tendo sido a sugestão final elaborada em conjunto com esses profissionais.

Sobre a importância das figuras parentais na estruturação da personalidade da criança

A criança nasce com poucos recursos para cuidar sozinha da própria sobrevivência, dependendo sempre da presença de um adulto que se encarregue desses cuidados. Os recursos que potencialmente os seres humanos têm e que serão responsáveis pela relativa autonomia que possa vir a alcançar na vida adulta são postos em marcha à medida que se estrutura seu aparelho psíquico. Assim, ainda que muitas aquisições surjam em função do estágio de desenvolvimento em que se encontra, a possibilidade de fazer uso desses instrumentos depende da existência de uma certa organização psíquica. Um aparelho psíquico estruturado é responsável, entre outras coisas, pela faculdade do indivíduo de conhecer as próprias exigências internas e atendê-las de forma a considerar as limitações impostas pela realidade, cabendo à instância que se convencionou chamar de *ego* a função de intermediar desejos, necessidades e possibilidades do real. É

vital, portanto, para a sobrevivência física e emocional do sujeito.

A formação do psiquismo de uma criança e a conseqüente autonomia que ganha em função desta aquisição, ainda que dependa de certo grau de maturação biológica, está profundamente relacionada com o modo como a criança é cuidada por aquele(s) que desempenha(m) as funções parentais. Através dos cuidados diários os pais, ou seus substitutos, além de garantir a sobrevivência física da criança, estabelecem com ela, como se verá adiante, um tipo de vínculo fundamental para a formação da sua subjetividade.

Partindo então do pressuposto que as crianças nascem dependentes dos cuidados de um adulto e que o processo de formação da subjetividade está relacionado à qualidade desse vínculo, conclui-se, que, para a criança desenvolver os recursos que são próprios da espécie, é necessário que ela encontre no adulto a contrapartida necessária a esta dependência, qual seja, a disponibilidade interna para acolher uma criança, levando em consideração as vicissitudes desta etapa da vida, a infância. O psicanalista Donald Winnicott denomina "preocupação materna primária" um estado emocional da mãe (entendido aqui como aquele ou aquela que exerce a função materna) necessário ao estabelecimento de uma situação onde ao bebê é oferecido um "setting no qual a [sua] constituição pode se mostrar, suas tendências de desenvolvimento podem começar a se revelar e o bebê pode experimentar um movimento espontâneo e dominar as sensações apropriadas a esta fase inicial da vida" (*"Da Pediatria à Psicanálise"*, Francisco Alves, 2.^a ed., p. 495), sendo que "a saúde mental de cada criança é estabelecida pela mãe durante sua preocupação com o cuidado de seu bebê" (idem, p. 376).

Encontrando na(s) pessoa(s) que exerce(m) as funções parentais a dispo-

nibilidade necessária a criança vai, pouco a pouco, desenvolvendo recursos necessários para tornar-se um adulto autônomo. A disponibilidade interna para cuidar de uma criança, porém, depende mais da existência de um certo tipo de estruturação psíquica compatível com a possibilidade de se exercerem as funções parentais, do que do desejo manifesto de ser mãe ou pai.

A possibilidade de acolher uma criança e cuidar dela decorre, entre outros fatores, de um movimento de identificação realizado pelo adulto. Através dos movimentos identificatórios a mãe (aquela ou aquele que exerce as funções maternas) reconhece no filho sinais daquilo que conhece em si própria, estabelecendo uma similitude entre os seus estados emocionais e os da criança, tomando, então, as manifestações desta como suas, sendo capaz, através deste movimento, de estar no lugar da criança, sem ser, ela própria, uma criança. No caso do aparelho psíquico estar organizado de forma mais "normal", o adulto é capaz de buscar satisfação para seus desejos e necessidades de modo a considerar as limitações impostas pela realidade. Assim, o cuidado com a criança será estabelecido no mesmo padrão: o adulto decodifica as demandas (internas) do filho e busca no meio ambiente recursos necessários para sua satisfação. Desta forma o adulto faz a função de *ego* para a criança, ou seja ele atua como *ego* auxiliar, realizando a intermediação entre mundo interno (desejos e necessidades) e externo (realidade) que a criança ainda não é capaz de fazer por si mesma. Ao executar esta função, contudo, os pais, além de oferecer um cuidado imediato à criança, oferecem-se também como modelos de funcionamento psíquico, ou mais especificamente modelos de identificação, a partir dos quais ela vai estruturar a própria identidade e conseqüentemente desenvolver a capacidade de cuidar de si mesmo.

O conceito de identificação tem na literatura psicanalítica valor central quando se analisa a operação pela qual o sujeito passa para constituir a própria identidade. Designa o "processo psicológico pelo qual o indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificação" (*Vocabulário de Psicanálise*, p. 295).

A identificação, como descrito acima, permite que o adulto realize os cuidados necessários com a criança. O movimento identificatório, contudo, ocorre como via de mão dupla: Ao mesmo tempo em que é objeto de identificação dos pais, o vínculo parental faz com que a criança realize, ela também, este mesmo movimento em relação ao pais. Os cuidados dos adultos imprimem-se no incipiente psiquismo da criança sob forma de representações que passam a constituir seu mundo interno. Na medida em que recebe os cuidados dos pais (objetos externos) a criança passa a internalizar essas figuras, associando-as com vivências (internas) de satisfação ou insatisfação vividas na relação com eles, incluindo-as no seu repertório de experiências.

Ainda que o conceito inclua a noção de assimilação, o processo de identificação não significa mera imitação ou reprodução fidedigna do objeto externo com o qual o sujeito se identifica, estando este processo ancorado tanto na incorporação do objeto real (externo, portanto) quanto na vivência subjetiva do indivíduo enquanto se processa a incorporação.

Através dos sucessivos movimentos de identificação e incorporação (realizado com diferentes objetos) a criança vai formando seu próprio arsenal de experiências, constituindo as *imagos parentais* que são "protótipos inconscientes que

orientam, de preferência, a forma como o indivíduo apreende o outro [sendo], elaboradas a partir das primeiras relações intersubjetivas reais e fantasmáticas com o meio familiar". Mais que uma representação inconsciente são um "clichê estático através do qual o indivíduo visa o outro" (*op. cit.* p. 305).

Desse modo, o mundo externo (entendidos aqui como pai e mãe reais) ganha uma representabilidade que permitirá à criança, no futuro, uma relativa autonomia em relação àqueles que exercem as funções parentais, podendo, assim prescindir da relação com os pais reais para garantir a própria sobrevivência, não obstante a manutenção de vinculação afetiva com eles. Dito de outro modo, a criança passa a ter dentro de si a representação das figuras parentais que em certa medida são representações de *funções parentais*, isto é dos cuidados recebidos, que, por sua vez, são justamente as estruturas que permitem ao adulto organizar-se de modo a cuidar de si próprio.

Poderia se resumir, então, que o processo de estruturação da personalidade humana se constitui, num certo sentido, numa transformação das relações intersubjetivas em relações intrapsíquicas, através do movimento de identificação.

Assim sendo, o modo como a criança forma a imagem dos pais terá importância capital no modo como passará a representar a si própria. Se a criança começa a reconhecer-se a partir das primeiras identificações com os pais, havendo uma internalização dos pais como figuras predominantemente amorosas e continentais, mais chances ela terá de construir uma auto-imagem positiva. Uma vez que as imagens parentais são representações da criança, isto é, *elementos constitutivos de seu mundo interno*, a imagem de um dos pais carregada em seus aspectos negativos é algo que afeta a criança em seu

interior e não o objeto (no caso o pai ou a mãe) ao qual ela representa. Portanto é ela quem sofre com a existência de uma imagem denegrída de um dos pais, por mais realística que esta possa ser.

Desse modo, havendo nos pais a possibilidade de elaboração dos conflitos e dificuldades próprias do relacionamento familiares, mais elementos teria a criança para superar não só os inevitáveis conflitos com os pais como os demais obstáculos que enfrentará em seus relacionamentos interpessoais.

DISCUSSÃO

1. Considerações preliminares

K refere que entrou com a presente ação em virtude de queixas da filha em relação aos encontros com o pai. Relata que a menina reclamou de ter apanhado do pai e, por isso, não queria mais encontrá-lo. Comenta ainda que tentou discutir o assunto com o ex-marido, porém este não teria manifestado interesse em conversar sobre a situação da filha.

L, por sua vez, refere que não houve situação de violência contra a criança, não sabendo a que atribuir a queixa da filha neste sentido. Relata que após um fim-de-semana agradável passado em sua companhia, de Maria Augusta (sua esposa) e filhos dela, a criança modificou seu comportamento, tendo sido ele surpreendido com a notícia de que a ex-mulher entrara com a presente ação. Segundo seu ponto de vista a criança estaria sendo influenciada pela mãe, que, por sua vez, estaria usando a filha para vingar-se dele.

Com a criança o tema da violência do pai não foi tratado diretamente, mas através do uso das técnicas projetivas.

Ainda que manifeste verbalmente que não quer ver o pai, esta recusa se mostra

ligada a algum desconforto na relação com ele e não a medo de contato. Não apresenta sinais de que seja, ou tenha sido, vítima de maus tratos. Não se mostra fragilizada e, tampouco, apresenta uma agressividade reativa. O modo como representa as figuras parentais é indicativo de que o pai não é visto como pessoa eminentemente agressiva. As figuras materna e paterna são igualmente vistas como beligerantes, estando a noção de relações familiares calcadas neste modelo.

A criança vem demonstrando dificuldade para associar afeto e representação, ou seja, ela vive sensações e sentimentos que não encontram via de expressão através de pensamentos e palavras. Assim, ela sente um desconforto difuso e não sabe como expressá-lo. Na medida em que esses afetos não estão ligados com idéias eles são vividos como um sofrimento cuja origem e natureza não são identificadas. Desse modo, a possibilidade de lidar com eles fica prejudicada.

A queixa de que o pai bate, seja advinda da constatação de uma realidade factual ou de fantasia, parece ter sido a forma encontrada pela criança para expressar que algum sofrimento ela experimenta quando se encontra com ele. Isso não quer dizer que a dificuldade seja reativa, ou seja, motivada por uma real inadequação do pai. No conjunto da análise esta dificuldade mostra-se preponderantemente ligada à existência de conflitos subjetivos por que qualquer criança passa, com maior ou menor intensidade, ao longo de seu processo de desenvolvimento.

No caso em questão, entretanto, a situação fica um pouco agravada porque ela não vem encontrando nos adultos uma retaguarda emocional suficiente para elaborar estes conflitos. Como se verá adiante, a mãe, que é o adulto de referência mais presente em sua vida, não vem conseguindo ajudar a filha a

superar as dificuldades encontradas na relação com o pai, em virtude de razões pessoais. O pai, por sua vez, não está presente no seu cotidiano há cerca de um ano.

Assim, ela tem que se haver sozinha com os próprios conflitos, uma vez que não conta com a ajuda mais efetiva dos seus adultos de referência. Desse modo, vem lidando com os problemas da forma como pode, ou seja, vem superficializando o conflito e tentando anular internamente a importância que o pai tem para ela. Esse mecanismo por ora vem permitindo certo equilíbrio emocional, contudo o uso maciço deste tipo de defesa poderá acarretar prejuízos futuros à criança.

Resumindo, a avaliação da criança, associada com elementos colhidos nas entrevistas com os adultos, mostra que não há indícios de situação de maus tratos. O presente caso envolve dificuldades próprias do relacionamento familiar, não se tratando, portanto, de situação na qual uma das pessoas envolvidas apresenta algum tipo de patologia. Deste modo não se justifica a necessidade de análise aprofundada da personalidade de cada uma das pessoas em questão, merecendo o caso uma avaliação das relações familiares como um todo, uma vez que são estas que estão na base da formação da sintomatologia da criança.

2. Sobre a dinâmica familiar

Depreende-se das entrevistas realizadas que nos primeiros anos de vida, sobretudo quando M era bebê, cabiam preponderantemente à mãe os cuidados com a criança. Na época em que ainda era casado, não fazia parte da relação do pai com a filha a atenção aos cuidados básicos com ela, como alimentação, cuidados com higiene e sono etc. Desse modo a relação do pai com a filha supunha, de certa forma, a intermedia-

ção da mãe, uma vez que era ela que vinha, e vem, se encarregando mais diretamente da criança. Assim sendo, M estabeleceu relações de diferentes modalidades com cada um dos pais.

Após a separação conjugal houve então uma modificação no modo de relação do pai com a filha, uma vez que longe da presença da ex-mulher, o genitor viu-se com atribuições para as quais tem pouca experiência, havendo necessidade de tempo para adaptar-se à nova situação.

A mãe, que desde o princípio vem se encarregando dos cuidados com a criança, é vista por ela como aquela que garante seu bem-estar, sendo representada como uma presença mais constante em sua vida. Além disso, o relacionamento entre as duas não sofreu modificações significativas após a separação conjugal.

Em relação ao pai, entretanto, a criança apresenta dificuldade de adaptação do relacionamento a esta nova fase. Além de não residir mais com ele e sentir a alteração na natureza do vínculo, introduzem-se na sua família outras pessoas (Maria Augusta e seus filhos) com as quais M passa também a se relacionar. Cria-se assim uma situação nova na qual existem variáveis complexas que a criança tem agora que administrar. Enquanto não encontra uma forma apropriada para lidar com esta situação inusitada, vive situação de angústia. Sentindo-se mais segura com a mãe, recorre a ela no sentido de buscar ajuda para elaboração destas dificuldades.

A queixa de M, seja ela expressão de uma realidade factual ou fantasiada, é indicativa de sofrimento psíquico da criança, uma vez que o pai é objeto de amor e de identificação para ela. Como a relação dos pais está estabelecida de modo bastante conflitivo, a mãe fica impedida de ouvir a queixa da filha de modo a ajudá-la a superar o conflito

vivido com o pai e, assim, facilitar o estabelecimento de uma relação de melhor qualidade com ele. Na medida em que ele só está sendo visto nos seus aspectos negativos, ele é assim apresentado à filha. Estabelece-se desta forma uma situação na qual a criança, além de não encontrar um continente capaz de ajudá-la a elaborar seus conflitos, encontra ainda mais dificuldades para lidar com eles. O pai, por sua vez, não consegue introduzir-se na relação da mãe com a filha de modo a possibilitar um outro entendimento da questão. Responsabiliza unicamente a ex-mulher pelo ocorrido, tendo dificuldade para pensar mais criticamente sobre a sua atuação como pai.

A dependência da criança em relação àqueles que cuidam dela traz no seu bojo inevitáveis conseqüências em termos da estruturação de sua personalidade. M percebe que existe na mãe e na avó um desejo de que ela não queira ver o pai. Assim, no imaginário da criança amar o pai significa magoar a mãe, que também é objeto de amor para ela. Sente-se, então, pressionada a "tomar partido" de um dos dois. Como a genitora, além de objeto de amor, é também alguém de quem ela depende, M tenta superar o conflito através de uma aliança com a mãe e a avó materna. Como dito anteriormente (nas Considerações Preliminares) M está defendendo-se dos conflitos vividos através de uma tentativa de anular, ou subestimar, a importância que o pai tem para ela. Desse modo, além de sentir-se em paz com a mãe e a avó, consegue também aplacar o sofrimento, ao menos temporariamente, advindo da falta que sente da presença dele.

Além disso, a falta de convívio com o pai (não o vê há um ano) vem introduzindo mais obstáculos à relação, uma vez que a criança fica privada da possibilidade de superar estas dificuldades por ela mesma, ou com auxílio dele,

porque não tem chance de realizar uma experiência "real" de contato com ele. O pai passa a ser, cada vez mais, a figura que lhe é apresentada por terceiros, sendo que estes terceiros fazem uma imagem negativa e deteriorada dele.

Cria-se desta forma uma rede de relações extremamente complexas. Não se vê no caso em questão que os adultos envolvidos — os pais e avó materna — tenham auto-crítica sobre o litígio. Tendem a atribuir unicamente toda a responsabilidade pelo estabelecimento desta situação ao outro, tornando difícil, então, uma modificação deste estado de coisas.

Assim, ainda que não haja situação de risco para a criança na retomada das visitas, estabeleceu-se uma dinâmica familiar na qual ela participa como elemento de união (belicosa) entre os pais. Seria mais benéfico para ela que o reencontro com o pai fosse acompanhado de uma mudança na relação familiar para que, então, ela possa restabelecer um bom vínculo com ele.

CONCLUSÃO E SUGESTÃO

Depreende-se do estudo realizado que existe situação de dificuldade na relação da criança com o pai. Tal dificuldade, entretanto, mostra-se mais ligada à existência de fortes conflitos familiares do que a situação de violência sofrida

por ela, não havendo, portanto, situação que justifique o afastamento entre pai e filha, sendo recomendável sua reaproximação.

Ocorre, entretanto, que a situação de litígio entre os adultos vem impedindo uma compreensão mais ampla das necessidades da criança e, conseqüentemente, não está havendo na família possibilidade de auxiliá-la a elaborar os conflitos existentes.

Assim sendo, a regulamentação de visitas, por si só, parece, ao menos por ora, insuficiente para superar o impasse criado. Seria importante, então, que a reaproximação do pai com a filha se desse através de um profissional que ajudasse a família a ter uma outra compreensão da situação, uma vez que o reencontro realizado na forma como vem sendo conduzida a questão poderia resultar numa cristalização das dificuldades de M.

Com o objetivo de dar subsídios para o estabelecimento de uma situação mais favorável para a criança foram oferecidos ao casal sugestões de profissionais que trabalham com terapia familiar e orientação de pais.

Deste modo sugiro que o pai seja autorizado, o mais breve possível, a retomar as visitas à filha, sugerindo, ainda, determinação de acompanhamento psicológico à família na fase de reaproximação.